

Um Estudo sobre o Perfil de um Bairro em uma Cidade do Interior de São Paulo

A Study on the Neighborhood Profile in a City in the Interior of São Paulo state

Nilsen Aparecida Vieira Marcondes^a; Edna Maria Querido de Oliveira Chamon^{b*}; Maria Aparecida Diniz de Castro^b

^aPrefeitura Municipal de São José dos Campos, SP, Brasil.

^bUniversidade de Taubaté, SP, Brasil.

*E-mail: edna.chamon@gmail.com

Recebido em: 17/06/2016; Aceito em: 05/12/2016

Resumo

O Sistema Único de Assistência Social defende a importância da dimensão territorial para a realização de intervenções preventivas. É de suma importância e se apresenta como uma necessidade, o foco em ações antecipadas que estejam respaldadas pelo conhecimento do território, dos fenômenos, de suas características específicas, como aspectos culturais, sociais e econômicos, e das famílias e suas histórias de vida. Diante do exposto, objetiva-se conhecer e analisar as realidades sociodemográficas, econômicas e ocupacionais de um grupo de famílias residentes em uma área de risco do município de São José dos Campos. Trata-se de um estudo básico, quanti-qualitativo e descritivo. Conclui-se que a complexidade dos problemas que originam o não acesso à moradia requer uma abordagem interdisciplinar e intersetorial para seu enfrentamento.

Palavras-chave: Territorialização. Assistência Social. Desenvolvimento Humano.

Abstract

The Sistema Único da Assistência Social advocates the importance of the territorial dimension for carrying out preventive interventions. It is of paramount importance and is presented as a necessity, the focus on early actions that are backed by the knowledge of the territory, of the phenomena, their specific features, such as cultural, social and economic aspects, and families and their life stories. Given the above, the objective is to understand and analyze the socio-demographic, economic and occupational realities of a group of families living in a risk area in São José dos Campos. It is a basic, quantitative and qualitative and descriptive study. It concludes that the complexity of the problems that cause the lack of access to housing requires an interdisciplinary and intersectoral approach to solve them.

Keywords: Territorialization. Social Assistance. Human Development.

1 Introdução

O Sistema Único de Assistência Social - SUAS começou a ser construído a partir da promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, em 1993, e chegou ao estabelecimento de sua base com a aprovação da Política Nacional da Assistência Social (PNAS), no final de 2004. Esse sistema descentralizado e participativo preconiza que o Governo Federal deve rever seu papel, bem como aumentar a autonomia dos municípios para atuar na política de assistência social, possibilitando que os Estados possam oferecer maior suporte aos municípios sempre que precisarem, pois afirma defender a importância da dimensão territorial e solidificação dos princípios contidos na LOAS (BEHRING; BOSCHETTI, 2010).

Defende-se a importância de uma atuação dentro do SUAS, que seja caracterizada pela prevenção. E isso significa desenvolver ações que busquem prevenir situações que possam interferir no exercício dos direitos de cidadania. Falar em prevenção, no âmbito do SUAS, indica a necessidade de focar em ações antecipadas, que estejam respaldadas pelo conhecimento do território, dos fenômenos, de suas características específicas, como aspectos culturais, sociais e

econômicos, e das famílias e suas histórias de vida. O caráter preventivo demanda, portanto, intervenções voltadas às tentativas de impedimento de ocorrência ou de agravamento de situações de vulnerabilidade e risco social, que podem dificultar o acesso dos sujeitos individuais ou coletivos aos seus direitos (BRASIL, 2012).

De acordo com a Lei Federal nº 12.435, de 6 de Julho de 2011, o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS - é uma unidade pública municipal, que possui sua base no território, devendo, preferencialmente, estar localizada em espaços geográficos que possuam elevados índices de vulnerabilidade e risco social. Na área de abrangência de um centro, as diretrizes das intervenções realizadas, pelo CRAS, pautam-se na identificação das situações de vulnerabilidade e risco social, na articulação da rede prestadora de serviços socioassistenciais, na execução de serviços e na operacionalização de programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica direcionados para as famílias, grupos e indivíduos (BRASIL, 2011).

O trabalho com famílias é uma prática profissional apoiada em saber científico que para ser efetivada faz necessário o conhecimento do território, de suas potencialidades, dos

seus recursos, das vulnerabilidades existentes e das relações estabelecidas neste ambiente. Os estudos e as análises sobre realidades, que emolduram os temas família e território e devem tornar-se prática rotineira dos profissionais que atuam na perspectiva preventiva (BRASIL, 2012).

2 Material e Métodos

Distante de um possível pragmatismo imediatista, centralizado unicamente na aplicabilidade direta dos resultados, objetiva-se com os achados desta pesquisa bibliográfica e relato de experiência conhecer e analisar as realidades sociodemográficas, econômicas e ocupacionais de um grupo de famílias residentes em uma área de risco do município de São José dos Campos. Este estudo classifica-se, do ponto de vista da natureza, como básico porque a intenção dos autores deste artigo é gerar conhecimentos que possam ser úteis aos profissionais interessados na temática estudada.

Quanto à forma de abordagem do assunto, o estudo caracteriza-se como quanti-qualitativo. O caráter quantitativo ocorre em virtude das informações objetivas terem sido coletadas e quantificadas. A quantificação das informações pertinentes, de forma a complementar o banco de dados proposto para este estudo advém do exercício profissional cotidiano de uma das autoras deste artigo. Quanto ao aspecto qualitativo, este ocorre em função de duas variáveis: a primeira em decorrência da busca pela interpretação dos fatos emergidos deste ambiente natural de trabalho e, a segunda, pelo fato de se atribuírem significados aos mesmos.

Informações advindas de fontes quantitativas podem se enriquecer com dados decorrentes de fontes qualitativas, sendo que o inverso também se apresenta como verdadeiro. Por conseguinte, a análise quantitativa e qualitativa adotada neste estudo contribuiu para ampliar o universo informacional a respeito do objetivo deste artigo, qual seja: conhecer e analisar as realidades sociodemográficas, econômicas e ocupacionais de um grupo de famílias residentes em uma área de risco do município de São José dos Campos.

Em um primeiro momento foi realizado um estudo quantitativo das informações coletadas *in loco* de um grupo de famílias residentes no bairro do Sapê no município de São José dos Campos, porque era de interesse da administração municipal mapear esta área de risco localizada na região leste da cidade.

Tal estudo quantitativo foi realizado tendo como instrumentos a entrevista semiestruturada, bem como a observação. Tratou-se de entrevista semiestruturada, porque os profissionais entrevistadores possuíam um roteiro pré-elaborado, o qual continha indicações e sugestões de questionamentos a serem realizados como forma de garantir que todos os tópicos de interesse fossem abordados. Além disso, utilizou-se também como instrumento de coleta de dados a observação, tanto do entrevistado e do seu local de moradia, quanto das situações gerais do bairro. A observação efetivou-

se mediante prévia elaboração, por parte dos profissionais pesquisadores, de um projeto de investigação. Nesse projeto foram consideradas algumas variáveis, tais como: definição objetiva daquilo que, efetivamente, deveria ser observado: a maneira utilizada para realizar os registros posteriores, procedimentos adotados para garantia da validação das observações e, por fim a forma relacional a ser estabelecida com a pessoa observada.

O registro das informações empíricas obtidas mediante entrevistas semiestruturadas e observações participantes deu-se por meio de anotações, em diários de campo, que os profissionais pesquisadores levavam consigo. E a partir desses registros audiovisuais foi possível dedicar-se à escrita de um posterior relatório.

Diante da necessidade do poder público municipal, diversos profissionais que atuam no CRAS realizaram esta intervenção e coube a uma das autoras deste artigo o atendimento de uma parcela desta população, qual seja a quantia de 25 famílias em um universo total que abarcava 120 famílias mapeadas. E foi justamente das informações coletadas dessas 25 famílias que o artigo em questão originou-se.

Em uma primeira etapa do estudo, procurou-se quantificar as informações que expressassem as realidades sociodemográficas, econômicas e ocupacionais dos titulares das famílias visitadas. E em um segundo momento, partiu-se para a análise qualitativa dos dados levantados.

A perspectiva teórico-analítica orientadora desse estudo se pauta na Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011). Esse referencial teórico adotado para análise das informações coletadas possibilita que se apreenda e se codifiquem os conteúdos apresentados pelas famílias pesquisadas, os quais norteiam toda reflexão apresentada neste artigo. A opção por se fazer uso dessa perspectiva teórica compreende, necessariamente, trilhar por três etapas complementares: primeira, a pré-análise a qual abarca a organização do material, no caso as informações empíricas coletadas por meio dos contatos realizados com as famílias, e na leitura geral desse material; a segunda etapa alicerça-se na exploração do referencial empírico abrangendo sua decomposição, codificação, classificação, categorização e enumeração; e a terceira e última etapa pauta-se no tratamento dos resultados alcançados e na sua interpretação, o que permite refletir, estabelecer relações, conexões, estruturações, para enfim se chegar à apresentação dos resultados destacando, especialmente, o que se considera mais relevante. Assim sendo, parte-se de uma análise dos resultados que evidencia uma organização pautada em torno das informações empíricas referentes à pesquisa realizada junto às famílias para na sequência se atingir as conclusões do estudo.

No que se refere aos objetivos, este relato de experiência se caracteriza como descritivo porque descreve, analisa e apresenta as vivências profissionais de uma das autoras deste artigo na condução de seu processo interventivo de

atendimento das famílias residentes em uma área de risco.

Portanto, a amostragem das famílias referenciadas para elaboração deste artigo corresponde a 25 e estas estão localizadas em um único bairro do município estudado, qual seja o bairro do Sapê. O recorte de tempo delimitado para este estudo compreende três meses (entre janeiro a março de 2015).

3 Resultados e Discussão

3.1 A territorialização e a Política Pública da Assistência Social

O conhecimento sobre questões específicas identificadas no território contribui para o planejamento e execução das ações no âmbito da assistência social, bem como permite a identificação da existência ou ausência de redes de apoio e de prestação de serviços setoriais. Desta forma, é possível fortalecer a interlocução entre a política pública da assistência social e da saúde, da educação, da segurança alimentar, da segurança pública, dentre outras políticas.

Realizar e articular diagnósticos dos territórios referenciados pelo CRAS implica em um avanço na execução do trabalho com famílias, porque isso permite a amplitude da cobertura da ação realizada pelos profissionais do serviço social e áreas afins, ou seja, um maior conhecimento de uma determinada realidade local e de seus dilemas possibilita uma maior intervenção por parte dos profissionais que atuam naquele espaço específico, além de agregar maior eficiência e eficácia nas ações realizadas. E para que a realização e articulação de diagnósticos territoriais aconteçam, faz-se necessário considerar as necessidades específicas das famílias daquele determinado espaço geográfico ocupado.

Outra importante realidade a ser considerada pelos profissionais do serviço social é o que se denomina de Estatuto da Cidade, ou seja, a Lei Federal nº 10.257, aprovada em 10 de Julho de 2001, cujo parágrafo único do artigo 1º apresenta a seguinte redação:

Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental (BRASIL, 2001, p.1).

Portanto, é preciso considerar três eixos diretivos na ação implementada pelo assistente social. Primeiro, o conhecimento das formas de vida das famílias dentro do território ocupado por estas; segundo, a apreensão da interlocução das diversas políticas públicas existentes dentro do território; e terceiro, maior domínio das normatizações que consubstanciam a Política Urbana. A partir destes três eixos torna-se possível planejar e executar atividades grupais e coletivas com maiores chances de alcance de resultados positivos os quais podem levar ao desenvolvimento humano.

3.2 Relato de experiência

É importante reforçar, logo de início, que na apresentação dos resultados e discussão são evidenciadas informações empíricas advindas do contexto de trabalho de uma das autoras deste artigo. Neste sentido, o fio condutor das análises aqui empreendidas busca sistematizar o esforço pela defesa do direito à moradia, enquanto possibilitador de desenvolvimento humano.

Portanto, o desconforto ocasionado pela vulnerabilidade socioeconômica das famílias que são obrigadas a viver em áreas de risco e a insegurança da ausência de habitação podem ser combatidos pela concretização do direito à moradia. Por isso, defende-se que o direito à moradia, aliado aos demais fatores que proporcionam o desenvolvimento humano como direito à saúde, à educação, ao trabalho, à mobilidade urbana, enfim, contribuem para potencializar a expectativa de vida saudável e digna de todos aqueles que vivem nos núcleos urbanos.

Dito isso, inicia-se a discussão dos dados, os quais foram tabulados com o apoio do programa Excel. A apresentação ocorre sob a forma de quadros, os quais são complementados pelas análises descritivas. Na sequência, os resultados são relatados, iniciando-se pela apresentação dos dados sociodemográficos, econômicos e ocupacionais, os quais estão intercalados pelas análises descritivas.

3.2.1 Dados sociodemográficos

O direito à moradia é reconhecido constitucionalmente e seu acesso contribui para o desenvolvimento humano. Entretanto, para as famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o alcance de tal direito permanece distante da realidade, porque a especulação imobiliária aliada ao crescimento desordenado dos grandes centros urbanos são alguns dos fatores que as obrigam a ocupar áreas de risco.

Quadro 1: Distribuição dos Responsáveis Familiares visitados segundo o gênero

Gênero	Números Absolutos	Porcentagem
Masculino	12	48%
Feminino	13	52%

Base da amostra: 25 pessoas visitadas no bairro do Sapê.

Fonte: Dados da pesquisa.

Das 25 famílias visitadas *in loco*, 12 (48%) são chefiadas por pessoas do sexo masculino e 13 pelo sexo feminino. A presença feminina enquanto responsável pelo núcleo familiar corresponde a 52% do total. Portanto, pouco mais da metade da amostra das famílias visitadas é composta pelas mulheres chefes de famílias, as quais podem exercer o papel de mãe, avó ou ainda outra figura feminina representativa no núcleo familiar.

Considerando a expressiva presença feminina no território estudado, faz-se necessário pensar em intervenções que favoreçam a emancipação da mulher tanto dentro do ambiente familiar quanto no contexto comunitário, societário, bem como no mundo do trabalho afinal são, na maioria das vezes, as únicas responsáveis pela manutenção da sobrevivência

familiar, visto que seus filhos nem sempre podem contar com pensões alimentícias dos respectivos pais.

Provavelmente, atividades de geração de renda também poderão ser benéficas mediante prestação de serviços públicos sob a forma de capacitação profissional a ser ofertada pela Secretaria de Educação ou Secretaria do Trabalho.

A visualização de oportunidades de profissionalização e capacitação para uma demanda expressivamente feminina no território deve ser defendida, pois diversas são as formas de exclusão e as modalidades de marginalização das quais as mulheres são vítimas.

A independência financeira pode se apresentar como um dos contributos para minimizar os efeitos desta exclusão e marginalização. E, ainda, possibilitar o reconhecimento da igualdade entre os gêneros, o que é essencial para a construção da cidadania.

Quadro 2: Distribuição dos Responsáveis Familiares visitados segundo a idade

Idade	Números Absolutos	Porcentagem
18 a 28 anos	06	24%
29 a 39 anos	06	24%
40 a 50 anos	06	24%
51 a 59 anos	05	20,%
60 a 64 anos	02	08%

Base da amostra: 25 pessoas visitadas no bairro do Sapê.

Fonte: Dados da pesquisa.

O quadro demográfico apresentado neste estudo territorial indica a necessidade de intensificação de ações governamentais e não governamentais na faixa etária dos 18 aos 50 anos de idade por ser considerado o período etário de maior concentração da população em situação de risco, ou seja, (64%). Por outro lado, observou-se que o menor índice situa-se na faixa dos 60 anos em diante, correspondendo a apenas 08% do total das famílias visitadas, o que indica uma inexpressiva presença de idosos na área considerada como de risco. Conclui-se, portanto que o processo de envelhecimento da população em situação de vulnerabilidade socioeconômica e residente em territórios considerados como de risco não é tão comum. E diversos poderiam ser os motivos para explicação desse quadro os quais demandariam pesquisas mais aprofundadas. O fato é que existem poucos (as) idosos (as) neste território conforme aponta este estudo. Em números absolutos são apenas dois em um universo de 25 pessoas visitadas.

Quadro 3: Distribuição dos Responsáveis Familiares visitados segundo a escolaridade

Escolaridade	Números Absolutos	Porcentagem
Ensino Fundamental incompleto	21	84%
Ensino Médio completo	02	08%
Curso Técnico completo após conclusão Ensino Médio	01	04%
Curso Superior Completo	01	04,%

Base da amostra: 25 pessoas visitadas no bairro do Sapê.

Fonte: Dados da pesquisa.

O baixo nível de escolaridade dos responsáveis familiares é bastante expressivo uma vez que 84% dos entrevistados não concluíram o Ensino Fundamental. Isso é evidenciado neste diagnóstico territorial que por outro lado aponta que apenas uma única pessoa concluiu o Ensino Superior. De um extremo ao outro, aqueles que se situam na faixa intermediária, qual seja do Ensino Médio e/ou técnico completo representam somente 12% do total da amostra estudada. Essa análise estatística permite inferir que existe uma correlação direta entre os fatores: baixo nível de escolaridade, pobreza e residência em áreas de risco. Além disso, os dados apontam também a urgência e a importância do fortalecimento de ações governamentais voltadas ao incentivo da escolarização ou retorno escolar das pessoas adultas por meio da implantação e/ou implementação de programas educacionais específicos a essa faixa etária.

Considera-se que a retomada do processo de aprendizagem do adulto se configura como um dos promotores do desenvolvimento humano. E esta lacuna escolar na vida da pessoa adulta, ou seja, essa evasão escolar adulta se repercute, diretamente, no espaço sócio-ocupacional que tal indivíduo ocupa ou irá ocupar. Portanto, com menores oportunidades de acesso ao mundo do trabalho, maiores as chances de não conseguir também se estabelecer territorialmente, de forma digna, seja por meio de pagamento de aluguel ou aquisição de casa própria em áreas que não sejam de risco.

3.2.2 Dados Econômicos cruzados com Sociodemográficos

Quadro 4: Distribuição de Renda familiar versus Quantidade de Pessoas que compõem a família

Renda Familiar	Quantidade de Pessoas na Família	Porcentagem
R\$ 200,00	1	04%
R\$ 350,00	1	04%
R\$ 500,00	2	04%
R\$ 600,00	2	04%
R\$ 788,00	6	04%
R\$ 800,00	2	04%
R\$ 824,00	2	04%
R\$ 840,00	2	04%
R\$ 880,00	1	04%
R\$ 900,00	3	04%
R\$ 960,00	1	04%
R\$ 1.000,00	1	04%
R\$ 1.023,00	4	04%
R\$ 1.050,00	1	04%
R\$ 1.053,00	3	04%
R\$ 1.074,00	3	04%
R\$ 1.240,00	4	04%
R\$ 1.300,00	5	04%
R\$ 1.400,00	2	04%
R\$ 1.524,00	5	04%
R\$ 1.600,00	2	04%
R\$ 1.760,00	4	04%
R\$ 3.288,93	2	04%
R\$ 3.515,00	3	04%
R\$ 4.000,00	4	04%

Base da amostra 1: 25 famílias visitadas no bairro do Sapê.

Base da amostra 2: 66 pessoas incluídas no universo total das 25 famílias visitadas no bairro do Sapê.

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme se pode verificar no Quadro 4, a renda familiar dos pesquisados é bastante baixa e variável nos seus valores. E ainda, quando se compara essa mesma renda com a quantidade de pessoas na família a realidade se torna mais problemática como, por exemplo, uma renda familiar de R\$ 788,00 destinada a manter a subsistência de seis pessoas dentro de um mesmo núcleo familiar. É claro que existem exceções e o próprio estudo ora apresentado evidencia isso. Considerar tal fato é importante, porque muitos podem partir do senso comum de que famílias residentes em área de risco são exclusivamente miseráveis, o que não é verdade, pois existem exceções quando, por exemplo, se apresenta uma família de quatro pessoas com renda familiar de R\$ 4.000,00.

Não obstante essas constatações, as exceções não invalidam a realidade experimentada por muitas destas famílias, as quais se vêem obrigadas a ocupar espaços urbanos considerados como de risco. E isso porque não puderam arcar com os custos da moradia, tendo em vista os efeitos da especulação imobiliária e as consequências de um crescimento desordenado dos grandes centros urbanos. A existência dessa população de baixa renda comprova a necessidade de maior investimento por parte do poder público em programas habitacionais, porque de outra forma a garantia do acesso à moradia permanecerá como direito apenas no papel.

O Estatuto da Cidade, em seu artigo 2º, defende assuntos pertinentes ao direito de se viver dignamente em uma cidade, evidenciando as funções sociais que ela deve ter. O que é muito importante, porque se trata de criar estratégias de enfrentamento das desigualdades sociais e da segregação do espaço urbano de forma a tornar as cidades ambientes destinados ao desenvolvimento humano sustentável (BRASIL, 2001).

3.3 Dados ocupacionais

Quadro 5: Distribuição dos Responsáveis Familiares visitados segundo a ocupação

Ocupação	Números Absolutos	Porcentagem
Aposentado (a)	3	12%
Auxiliar de Cozinha	1	04%
Auxiliar de Funilaria	1	04%
Auxiliar de Limpeza	2	08%
Calheiro	1	04%
Capinador de Terrenos	1	04%
Caseiro	1	04%
Coletor de Reciclados	2	08%
Diaristas	2	08%
Do Lar	5	20%
Empregada Doméstica	1	04%
Gestor de Recursos Humanos	1	04%
Pedreiro	2	08%
Pintor	1	04%
Técnica de Enfermagem	1	04%

Base da amostra: 25 pessoas visitadas no bairro do Sapê.

Fonte: Dados da pesquisa.

A ausência de capacitação e a baixa escolarização entre os responsáveis familiares residentes na área de risco pesquisada

se mostra gritante (84%). Das 25 famílias visitadas, duas das três pessoas aposentadas eram funcionárias públicas municipais com Ensino Médio completo, uma responsável familiar apresentou Ensino Médio e técnico completo na área técnica de enfermagem, e outro responsável familiar apresentou Ensino Superior completo em recursos humanos. As quatro situações verificadas e citadas (16% do total) interferiram diretamente na renda familiar situando-os nos patamares de renda mais altos dentre todos os pesquisados, conforme se pode verificar nos dados apresentados nos Quadros 3, 4 e 5.

Embora haja pessoas com maior capacitação profissional e, conseqüentemente, ocupando cargos com melhores remunerações residindo em áreas de risco, isso se configura como exceção. Em números absolutos trata-se de quatro em um universo de 25 pessoas que possuem Ensino Médio completo. E em se tratando de Ensino Superior completo, a realidade é ainda mais excludente: de 25 responsáveis familiares visitados, apenas um apresentou escolarização superior completa, possibilitando ocupação profissional com mais alta renda.

A regra infelizmente é quase geral: quem possui pouca escolarização permanece às margens da sociedade, porque não consegue assumir ocupações profissionais que lhes possibilite renda financeira capaz de manter sua sobrevivência básica. E neste estudo foram verificadas que 84% das famílias com menor escolarização e menor capacitação profissional estão fadadas a ocupar áreas de risco, áreas periféricas dos grandes centros urbanos.

Essa realidade indica e aponta a existência de um forte vínculo entre a política pública da educação, da educação profissionalizante, do trabalho e da habitação. Não bastam apenas investimentos em habitação, são necessários também investimentos em educação, em profissionalização e em geração de postos de trabalho. Caso contrário, a situação das famílias residentes em áreas de risco tende a se perpetuar, porque a resposta para enfrentamento das situações territoriais não se pauta em uma única política pública.

4 Conclusão

Conclui-se que o estudo em questão contribuiu para demonstrar a realidade vivenciada por um grupo de famílias ocupantes de uma área de risco no município de São José dos Campos. Considera-se relevante compreender que o direito à moradia se configura como uma realidade histórica e vital na vida de qualquer pessoa, haja vista sua tamanha necessidade para a sobrevivência humana.

Diante da complexidade das situações que as famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica enfrentam, pensar e agir interdisciplinarmente para enfrentamento dos dilemas que se apresentam no contexto da assistência social no território são de suma importância. A experiência prática de atuação junto à população de baixa renda, que ocupa o

solo urbano de forma irregular tem demonstrado que há quase um consenso entre os profissionais da área de serviço social sobre os limites que uma única perspectiva interventiva ou área do conhecimento apresenta em resposta a estes mais diversificados problemas enfrentados por esta parcela da sociedade.

Por fim, verifica-se, portanto, a importância do conhecimento prévio do território para depois se pensar em alternativas de intervenção, que venham ao encontro das demandas existentes. Assim sendo, a realização de diagnósticos da realidade territorial a ser trabalhada é capaz de promover a reflexão, a crítica, as discussões com as famílias, o levantamento de questões, de objetivos, de estratégias e de direções para o trabalho social.

Referências

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2010.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001. Dispõe sobre o Estatuto da Cidade, qual seja a regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo diretrizes gerais da Política Urbana e dá outras providências, Brasília, DF, 2001.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Federal 12.435, de 06 de junho de 2011. Dispõe sobre a organização da Assistência Social, Brasília, DF, 2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Orientações Técnicas sobre o PAIF: o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Brasília: MDS, 2012.